

ENTREVISTA

Reestruturação do Ensino Superior e os Novos Espaços para a Extensão Universitária em Angola

Restructuring of higher education and new spaces for university extension in Angola

Reestructuración de la educación superior y nuevos espacios de extensión universitaria en Angola

Eugénio Adolfo Alves da Silva¹

Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação, Angola

eugenio.silva957@gmail.com

Felizardo Tchiengo Bartolomeu Costa²

Escola Superior Pedagógica do Bengo, Angola

felicosta_4@hotmail.com

Carlos Cabombo do Nascimento Miguel³

Escola Superior Pedagógica do Bengo, Angola

ccnm75@hotmail.com

Resumo

Nesta entrevista, o Secretário de Estado para o Ensino Superior aborda a questão da reestruturação do Ensino Superior e da urgente necessidade de actualização das normas que regulam o subsistema de Ensino Superior, por formas a adequá-lo às necessidades do desenvolvimento do país. Reitera a importância da extensão como acção que se articula com as outras funções da universidade, intencionalmente, seguindo processos de institucionalização de projectos, articulação com o ensino e investigação, busca de parcerias e mobilização dos docentes, estudantes. Defende que a extensão não tem necessidade de ser curricularizada, sem negligenciar a necessidade de organização, planeamento e controlo. Fala da importância de identificar as boas práticas de extensão para que se tomem como referência e destaca, nessa direcção, a Conferência Internacional de Extensão

Universitária organizada pela Escola Superior Pedagógica do Bengo.

Palavras-chave: reestruturação do Ensino Superior, extensão universitária em Angola, curricularização da extensão.

Abstract

In this interview, the Secretary of State for Higher Education addresses the issue of restructuring Higher Education and the urgent need to update the norms that regulate the Higher Education subsystem, in order to adapt it to the needs of the country's development. It reiterates the importance of extension as an action that it's articulated with the other functions of the university, through intentional action of managers, following processes of institutionalization of projects, articulation with teaching and research, seeking partnerships and mobilizing teachers, students

¹Entrevistado. Doutor. Secretário de Estado para o Ensino Superior.

²Entrevistador. Doutor. Director Geral-Adjunto para Área Científica. Docente do Departamento de Ensino, Investigação e Extensão de Ciências da Educação.

³Entrevistador. Mestre. Chefe do Departamento de Ensino, Investigação e Extensão de Letras Modernas.

and other actors. About curricularization, he argues that, by its nature, extension does not need to be curricularized, without neglecting taken as a reference and highlights, in this direction, the International Conference on University Extension organized by the Escola Superior Pedagógica do Bengo.

Keywords: restructuring of higher education, extension in Angola, curricularization of extension.

Resumen

En esta entrevista, el Secretario de Estado de Educación Superior aborda el tema de la reestructuración de la Educación Superior y la urgente necesidad de actualizar las normas que regulan el subsistema de Educación Superior, para adecuarlo a las necesidades del desarrollo del país. Reitera la importancia de la extensión como acción que se articula con las demás funciones de la universidad, a través de la

Entrevistadores: Qual é a sua percepção sobre o processo de reestruturação do Ensino Superior e a consequente aprovação do respectivo Regime Jurídico?

Entrevistado: Esse processo é necessário e urgente, porque se tornou imperativo atualizar as normas gerais reguladoras do subsistema de Ensino Superior, que já estavam desajustadas. Trata-se de concretizar o princípio do carácter binário do Ensino Superior, a sua organização unificada e resgatar o ensino politécnico para conferir dignidade e utilidade ao Ensino Superior (ES) e para adequar a sua missão às necessidades do desenvolvimento do país. É sobejamente sabido que o ES constitui o pilar desse

the need for organization, planning and control. He talks about the importance of identifying good extension practices so that they can be acción intencional de los gestores, siguiendo procesos de institucionalización de proyectos, articulación con la docencia y la investigación, buscando alianzas y movilizand o a docentes, estudiantes y otros actores. Sobre la curricularización, sostiene que, por su naturaleza, la extensión no necesita ser curricular, sin descuidar la necesidad de organización, planificación y control. Habla de la importancia de identificar buenas prácticas de extensión para que puedan ser tomadas como referencia y destaca, en esta dirección, el Congreso Internacional de Extensión Universitaria organizado por la Escola Superior Pedagógica do Bengo.

Palabras clave: reestructuración de la educación superior, extensión en Angola, curricularización de la extensión

desenvolvimento, não apenas por via da formação de profissionais, mas também por via do conhecimento, da tecnologia e da inovação cuja sede está nas Instituições de Ensino Superior (IES) e

nas Instituições de Investigação e Desenvolvimento (II&D).

O Regime Jurídico do subsistema de Ensino Superior é um instrumento que dispõe sobre a organização deste subsistema, define regras para a criação, organização, funcionamento, autonomia, atribuições e competências dos órgãos e serviços das IES e clarifica a relação de superintendência, fiscalização e avaliação do Estado sobre as mesmas.

O Regime Jurídico vem conferir uma nova feição ao ES, permitindo ajustar a estrutura e a missão das IES às exigências do desenvolvimento socioeconómico do nosso país. Clarifica a natureza das IES segundo o carácter universitário ou politécnico, o que obriga a rever a sua oferta formativa, com incidência nas de cariz politécnico. Além disso, contribui para o reforço das IES, em termos de capacidade de gestão, capacitação do corpo docente, melhoria das infraestruturas e regulação dos cursos da rede pública.

Esse Regime Jurídico é a base para estabelecer o equilíbrio da rede em termos de IES, promovidas pelo Estado e as promovidas por entes privados. Ele permite reafirmar a autonomia das IES que é um princípio fundamental do seu funcionamento e da sua relação de superintendência com o Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação (MESCTI). No essencial, ajuda no estabelecimento da nova estrutura orgânica das IES, visando conferir-lhes eficácia e eficiência e impele-nos a realizar a avaliação institucional (incluindo a avaliação do desempenho) como base para contribuir na melhoria da qualidade do desempenho das IES.

Uma grande inovação tem a ver com o sistema de eleição do Titular do Órgão

Executivo de Gestão (Reitor nas Universidades e Academias de Altos Estudos, Presidente nos Institutos Superiores, Director Geral nas Escolas Superiores e Decano nas Faculdades), bem como a criação de um órgão máximo colegial de gestão nas IES, designado Conselho Geral. Pretende-se, com isto, consolidar a dimensão democrática da gestão nas IES e incrementar a participação dos actores organizacionais.

Tendo em conta o novo panorama jurídico-legal, qual poderá ser, em sua opinião, o lugar da extensão universitária, no âmbito dos pilares da universidade, quanto à organização e operacionalização, curricularização, financiamentos e outros incentivos?

A extensão universitária é a dimensão da actividade das IES que dá sentido a sua função social na medida em que expressa o compromisso daquelas com a comunidade onde estão inseridas. Ela ocupa, portanto, um lugar charneira, agora talvez mais articulado com as outras funções, na medida em que a extensão pode ser o campo de aplicação, ensaio, experimentação e concretização de projectos de ensino e de investigação. Aqui, cumpre-se o seu objectivo de fazer com que as outras funções se estendam para além da sala de aula ou do laboratório, viabilizando a relação entre a

teoria e a prática, a aprendizagem e a vida, a instituição e a comunidade.

A sua concretização exige uma gestão intencional por parte dos órgãos de gestão da IES, mediante a identificação de projectos estruturantes que permitem a sua articulação com o ensino e a investigação, que exijam a constituição de parcerias com agentes da comunidade e que mobilizem docentes e estudantes e outros actores externos, tendo em conta o contributo que a IES pode prestar para a solução de problemas da comunidade.

Do ponto de vista da organização, a questão consiste em identificar projectos e acções, que podem ser sugeridos por docentes e alunos ou até mesmo por agentes da comunidade, planear as actividades em conjugação com estes, mobilizar recursos, realizar as actividades, controlar a sua execução e prestar contas. O importante é que as actividades sejam relevantes e pertinentes quer para a IES, quer para a comunidade envolvente.

De algumas acções de extensão, podem resultar trabalhos de fim de curso e publicações que darão visibilidade à instituição, cumprindo-se o vínculo entre a aprendizagem teórica e a aprendizagem prática, de tal forma que se consiga consolidar, nos estudantes, as

competências de acção tão requeridas no contexto profissional.

Reconheço que não há necessidade de curricularizar a extensão, pois seria contrário ao seu espírito. Ela é sempre, por definição, a extensão do currículo. Precisa é de suficiente organização, planeamento e controlo, da mesma preocupação por parte dos órgãos de gestão da IES. Há que deixar que docentes e estudantes proponham actividades, sendo exigível avaliar a sua relevância e pertinência, definir prioridades e envolver parceiros externos.

A extensão pode ser feita intra-muros, com realização de actividades de várias naturezas, nas IES, nas quais as pessoas da comunidade vêm, assistem e participam. Também pode ser realizada extra-muros, em contextos comunitários e organizacionais, com actores sociais que possam beneficiar das acções e contribuir para o êxito dos projectos da IES. Estamos perante duas versões: uma “versão fraca”, concebida na lógica de oferecer um serviço à comunidade (tomada como beneficiária), e uma “versão forte”, na qual os membros da IES e os actores da comunidade concebem e realizam actividades em conjunto e, de preferência, na própria comunidade.

Além disso, o currículo não é tão flexível nem abrangente como se supõe ou como

se deseja. Ele cinge-se às competências definidas no perfil de saída de cada curso e isso circunscreve-o, limitando a inclusão de conteúdos ou actividades não previstos. Esse perfil pode ser ampliado, melhorado e consolidado mediante actividades de âmbito extra-curricular, algumas das quais podem ser inscritas na esfera da extensão universitária.

Não existem ganhos em curricularizar a extensão, pois isso retirar-lhe-ia o seu carácter intrínseco – o de permitir realizar acções circunstanciais, pertinentes, livres de constrangimentos curriculares, nem sempre planeadas. A extensão justifica-se enquanto espaço para complemento curricular e como factor de enriquecimento do perfil de saída dos diplomados.

É preciso respeitar a lógica dos processos curriculares e dos processos extracurriculares. Eles não se substituem, apenas se complementam, pelo que, a melhor estratégia é a da complementaridade, concebendo actividades extra-curriculares que enriqueçam o currículo. Aqui reside a vantagem da não curricularização da extensão universitária que, além disso, permite visibilizar melhor a instituição.

O currículo é, geralmente, encarado como algo fechado, muito sério, limitado ao espaço académico, acessível a poucos,

difícil de apreender e reservado aos académicos. É gerido e cumprido segundo uma estrutura rígida de horários, turmas e actividades. Curricularizar a extensão é conferir-lhe um carácter formal, forçado e fechado, o que é incompatível com o seu carácter aberto, comunitário e “livre”, ou seja, dependente da vontade e do interesse dos actores envolvidos e da utilidade social e académica das acções.

Devido aos seus efeitos imediatistas, a extensão permite, através da interacção entre “os de dentro” e “os de fora”, a realização de actividades úteis e das quais pode resultar algum efeito positivo para os envolvidos, daí advindo o reconhecimento do mérito das acções e dos seus actores. Em última instância, resulta na visibilização externa da IES e na possibilidade de esta deixar uma marca positiva duradoura na comunidade.

Portanto, há que destacar aqui uma dimensão importante da extensão universitária e que não encontramos tão visivelmente expressa no ensino e na investigação. Refiro-me ao potencial de mudança ou de transformação da realidade sobre a qual se intervem. Geralmente, o que justifica as acções de extensão é a necessidade de introduzir mudanças no contexto, de resolver problemas, de capacitar as pessoas para a

vida e a cidadania, ou seja, de alterar um determinado statu quo que se percebe não ser satisfatório. Em contrapartida, as mudanças desejadas por via do ensino são mais demoradas e a investigação nem sempre produz efeitos imediatos dada a necessidade de comprovar ou testar os resultados até que possam ser generalizados e aplicados na comunidade.

Quanto ao financiamento, importa referir que as actividades das IES devem ser suportadas pelo seu orçamento e pelas receitas resultantes da prestação de serviços ou de patrocínios para actividades específicas. É preciso encontrar fontes de financiamento alternativas ao sempre parco orçamento disponível, na base de projectos que interessem aos parceiros e aos destinatários das acções. Muitas actividades de extensão não são realizadas sob a alegação da ausência de recursos financeiros, mas é preciso garantir, para as actividades relevantes, a verba necessária para a sua viabilização, recorrendo, se necessário, a apoios de parceiros da comunidade.

Sobre incentivos, mais do que os de natureza financeira ou material, vale a pena referir os que decorrem do reconhecimento do trabalho realizado nas e com as comunidades, dos resultados alcançados e que são o orgulho dos

participantes, e os que se traduzem nos laços de amizade e camaradagem que ficam depois de um trabalho em conjunto. A actividade de extensão envolve expectativa, confiança mútua, trabalho colaborativo e partilha de recursos. Destina-se a operar mudanças nem sempre fáceis de conseguir. Por isso, o melhor incentivo é a sensação de se ter alcançado algo que tenha contribuído para mudar a vida de pessoas e de comunidades

A extensão universitária é conhecida por desempenhar um papel importante na articulação entre universidade, comunidade e Estado, para a resolução de problemas sociais. Como vê esta articulação no contexto angolano?

Não há dúvida que, por via da extensão universitária, se consegue esta articulação, desde que bem pensada e coordenada, e baseada em projectos com relevância social. A IES deve inserir, no seu Plano de Actividades, todas as que realizar nas várias vertentes da gestão e deixar aí o espaço necessário para incluir as de extensão. Estas devem merecer a mesma preocupação que é dedicada às do ensino, às de investigação, às de avaliação etc., devendo beneficiar, se necessário, da existência de uma estrutura dedicada à extensão universitária.

Há registo de várias IES que têm realizado actividades de extensão interessantes e

com impacto social, muitas delas articuladas com disciplinas curriculares, com trabalhos de fim de curso e com projectos de investigação. Isso prova que é possível promover essa articulação e dedicar energia e recursos às actividades de extensão universitária e demonstra que se pode potenciar o estreitamento de relações entre a IES e a comunidade. O Estado pode ser aqui chamado, por via da participação de docentes e alunos em actividades, a realizar em instituições ou organismos da Administração Pública, mas a extensão também pode ser efectuada com organizações empresariais e da sociedade civil, em particular com associações locais, cooperativas e ONG, numa lógica de parceria com benefícios mútuos.

A base dessas actividades reside na identificação de problemas ou necessidades específicas de grupos sociais ou de organizações e que possam ser convertidas em planos de acção, que mobilizem docentes e estudantes das áreas respectivas. Essas actividades também se constituem em instâncias de aprendizagem, de formação profissional e de educação cívica, conferindo à extensão universitária uma importância primordial na formação humanista dos profissionais a serem formados pelas IES.

As nossas IES ainda funcionam segundo um paradigma tradicional de acção: de dentro para fora, fechadas no seu espaço académico, não lhes permitindo apropriarem-se do espaço público nem de aí exercerem a sua influência. Ora, a extensão é a melhor forma de levar as IES a abrirem-se para o meio envolvente, de forma a terem uma capacidade de intervenção na solução dos problemas sociais. Só assim o conhecimento produzido torna-se útil e relevante e só desta forma os docentes e investigadores concretizam a dimensão social da sua actividade académica. Deste modo, teremos IES verdadeiramente interventivas e transformadoras

De que forma o MESCTI monitora as iniciativas e práticas de extensão universitária ao nível das IES do País?

A monitorização das actividades de extensão, por parte do MESCTI, é realizada através de relatórios de actividades enviados pelas IES, nos quais relatam as actividades desenvolvidas. Temos constatado a realização de actividades interessantes, por várias IES, o que prova que é possível materializar esta função, com liberdade, com criatividade e com responsabilidade. Entendo que a extensão universitária é a expressão da responsabilidade social das IES no que se refere à sua ligação com a

comunidade onde estão inseridas, pois a acção de uma IES não se pode limitar a formar profissionais. Os gestores das IES têm de se perguntar que impacto directo elas podem ter na comunidade em que estão inseridas.

Qual é a cobertura destas iniciativas de extensão nas IES, ou seja, é possível fazer uma estimativa dessas iniciativas e do seu alcance e impacto social?

Não é possível fazer uma cobertura cabal destas iniciativas sem um actualizado e exaustivo levantamento das actividades desenvolvidas pelas IES. Sabemos que existem muitas e diversas iniciativas e actividades, mas algumas delas não são devidamente relatadas pelas IES. Por outro lado, nem sempre as IES valorizam as actividades realizadas, o que as remete para um lugar secundário e de menor importância. Deste modo, os actores institucionais envolvidos não se vêem reconhecidos e os efeitos das actividades de extensão são menosprezados.

A política a seguir deve ser a de identificar boas práticas que possam servir de referência nacional e, nesse contexto, promover a sua divulgação e partilha pelos gestores académicos. A realização de eventos académicos como as conferências, que a Escola Superior Pedagógica do Bengo realiza, constitui uma oportunidade ímpar para essa

partilha. Por outro lado, há que procurar inscrever a extensão nas prioridades de gestão das IES, tornando possível o seu acompanhamento e prestação de contas.

Um dos desafios ou entraves da extensão universitária, em Angola, parece ser a pouca experiência das IES, neste quesito. Como pensa que se poderá resolver essa situação?

Não creio que exista falta de experiência nas IES. Quanto muito, pode ser falta de iniciativa, de criatividade ou de preocupação com esta matéria. Creio que existe uma noção de que as actividades de extensão podem acontecer espontaneamente, em função das circunstâncias ou das oportunidades e, nesta base, podem ocorrer fortuitamente. O que importa, aqui, é considerar que a extensão deve ser objecto de planificação, na base da identificação de necessidades que poderão dar origem a projectos a inscrever num plano de acção.

A situação será resolvida se os gestores conferirem à extensão universitária a mesma importância que dão às actividades de ensino e de investigação, o que os obrigaria a incluírem a extensão no plano anual de actividades e a procurarem alocar recursos financeiros.

Existem, efectivamente, muitas iniciativas e experiências de extensão universitária, nem sempre divulgadas, nem sempre partilhadas. As IES ainda funcionam muito como ilhas,

isoladas umas das outras. Isso impede o conhecimento e a visibilização dessas iniciativas bem como o desenvolvimento das IES mais novas. Uma revista como esta pode servir de plataforma para a análise das experiências de extensão universitária e sua partilha no seio da comunidade académica.

Pode-se dizer que a extensão universitária, em Angola, enfrenta o seguinte dilema: “Não a realizávamos de forma expressiva antes da pandemia, mas queremos incrementá-la agora, por força do novo Regime Jurídico, numa situação que obriga à reestruturação da vida social, cultural, económica, etc”. Será que haverá condições para realizar a extensão nesse contexto e por meio de que estratégias?

É evidente que a extensão universitária, tal como as outras actividades, requer a existência de adequadas condições de realização. Ela assenta na interacção entre diferentes actores institucionais, em contextos que permitam viabilizar as interacções. Em condições normais de funcionamento das IES, várias delas não lhe davam a devida importância, alegando diferentes razões para não realizarem a extensão. Fica claro que, sob restrições inerentes às medidas de biossegurança e de distanciamento físico, decorrentes da situação de pandemia, torna-se difícil realizar actividades de extensão. Surgiram, portanto, razões que inviabilizam muitas actividades, o que

veio a afectar, obviamente, a realização das actividades de ensino e de extensão.

Estamos a viver uma situação anormal e que nos obriga a definir que tipos de actividades podem ser realizadas sem riscos para a saúde individual e colectiva nas IES e nos contextos de intervenção. Certamente, isso afecta a natureza e a intensidade das actividades de extensão, pelo que, mais não se pode exigir, por enquanto.

O dilema reside em definir o que pode ser feito face aos constrangimentos decorrentes da situação de pandemia, por um lado, e das necessidades da comunidade, por outro. Se a extensão não resolve todos os problemas, pelo menos, contribui para os explicitar e tentar encontrar soluções eficazes. É preciso não esquecer que o melhor cartaz para projectar a imagem social da IES é precisamente o impacto deixado pelas actividades de extensão universitária no meio em que está inserida.

Devo destacar que, do ponto de vista do Regime Jurídico, a extensão universitária é uma função com a mesma importância e dignidade que as funções ensino e investigação científica, merecendo, por isso, o mesmo tratamento por parte dos gestores das IES, ou seja, a sua inclusão no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Se o ensino e a investigação científica são objecto de

planeamento, alocação de recursos e imputação de responsabilidades, a extensão universitária também o deverá ser. Se assim não for, assistiremos, na prática, a uma subalternização da extensão universitária que se tornará no “parente pobre” da gestão dos processos essenciais de uma IES.

Ora, o que importa ressaltar é a necessidade de institucionalização e de reconhecimento académico da extensão universitária enquanto parte constitutiva da vida académica e condição para a inserção das IES na vida social. Se o ensino e a investigação são importantes factores de formação de profissionais e de produção de conhecimento, a extensão é o vector mais próximo e mais congruente com a missão social das IES e da educação em si, contribuindo directamente para que estas se constituam como força motriz do desenvolvimento social.

Por isso, é exigível que esta função substantiva do ensino superior seja academicamente institucionalizada mediante a valorização da sua importância no Estatuto Orgânico das IES e a sua inclusão nos Planos de Desenvolvimento Institucional. Ou seja, a extensão tem de estar devidamente contemplada nas políticas institucionais e nos instrumentos de gestão das IES e tem de se tornar uma actividade relevante permanente.

Finalmente, gostaria de destacar a importância desta Revista no panorama académico nacional, pelo facto de abordar, com seriedade, uma função primordial das IES, nem sempre suficientemente valorizada e concretizada. Neste contexto, gostaria de chamar a atenção para a leitura atenta do Livro de Actas da I Conferência Internacional sobre Extensão Universitária em Angola, realizada em 2017, onde se pode encontrar ideias e experiências muito pertinentes para os gestores académicos do país.

*Entrevista realizada pela revista em
12 de Março de 2021*



Licenciado sob a licença: [Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). Ao submeter o manuscrito o autor está ciente de que os direitos de autor passam para a Revista Angolana de Extensão Universitária.